

# TEM A CERTEZA?

*Ministra da Educação parece não ter certezas...  
Porque será?*

1 SETEMBRO 2007

COLOCAÇÃO PROFESSORES

## Ministra garante inexistência de erros

**A ministra da Educação assegurou, este sábado, que os concursos para professores titulares foram um «êxito», sem falhas, nem erros nos concursos para professores titulares, defendendo que as regras foram «escrupulosamente cumpridas».**

Questionada sobre uma eventual situação de injustiça no acesso de cerca de 200 professores ao posto de professor titular, Maria de Lurdes Rodrigues garantiu que «não há falhas, não há erros, não há nenhuma situação de ilegalidade que deva ser corrigida».

Em causa estão mais de 200 professores que não conseguiram aceder à categoria mais elevada da carreira e que foram ultrapassados por professores de escalões mais baixos.

«Trata-se de professores mais velhos, do 10º escalão, que estão em fim de carreira e que já fizeram todo o percurso profissional», explicou a ministra, lembrando porém que o concurso seguiu todas as regras previstas.

Sobre os cerca de 45 mil professores que ficaram sem colocação, a ministra disse que se trata de um problema «dramático», mas que «é um problema independente do sistema de ensino».

Maria de Lurdes Rodrigues recordou ainda que as escolas estão apenas a fazer «contratações residuais» e que «a maior parte dos professores ficou no mesmo lugar onde estava no ano passado, tendo condições para fazer o acompanhamento pedagógico dos seus alunos».

A ministra acrescentou que este ano deverão ainda haver mais algumas contratações devido à abertura de cursos profissionais nas escolas públicas, mas serão sobretudo de «peritos para áreas técnicas».

### FNE acusa Ministério de promover uma «falsa estabilidade» nas escolas

Por seu turno, a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE) acusa o Governo de estar a promover uma «falsa estabilidade» nas escolas, porque continua a haver em cada escola «um conjunto de professores definitivamente colocados e um outro de professores flutuantes».

«O grande problema com que nos deparamos é a ausência de uma determinação completa dos lugares necessários para uma escola», disse o secretário-geral da FNE, João Dias da Silva.

15 SETEMBRO 2007

## Provedor força recuo da ministra

**Lurdes Rodrigues está disponível para resolver 336 casos de professores prejudicados no concurso para titular. Antes, garantiu não haver falhas**

A ministra da Educação enviou uma carta ao provedor de Justiça manifestando “disponibilidade” para resolver o problema de 336 docentes — todos no topo da carreira — que ficaram excluídos do concurso para titular. Maria de Lurdes Rodrigues — que sempre reagiu duramente às críticas sobre as falhas do processo — assume agora um recuo e admite integrar os docentes extra-concurso, através de uma solução administrativa a apresentar pelo Ministério.

O Gabinete da Provedoria recusou qualquer comentário, explicando que o provedor se encontra “excepcionalmente de férias”, depois de ter tido de adiar a sua habitual pausa de Verão, pelo acréscimo de trabalho em Agosto, nomeadamente dadas as queixas apresentadas pelos professores.

A atitude da ministra poderá ser vista como uma tentativa de arrefecer a “guerra” entre a Cinco de Outubro e a Provedoria, depois de dois pareceres altamente críticos elaborados por Nascimento Rodrigues sobre medidas tomadas pela responsável da Educação. O provedor criticou a repetição extraordinária de exames do ensino secundário, em Agosto do ano passado.

**Na mesma altura, deste ano, foi** a vez do concurso de professores ser o alvo das críticas. Nascimento Rodrigues apontava para a existência de “situações de desigualdade” que o Ministério devia corrigir, falava no “carrossel de queixas” que tinham chegado ao seu Gabinete e sugeria a abertura de um novo prazo de candidatura para assegurar “o cumprimento do princípio da igualdade”. No caso concreto dos professores do topo da carreira (10º escalão), o provedor denunciava a existência de situações de ultrapassagem por colegas com avaliações mais baixas e que subiram à categoria de titulares. Posto em causa ficou “o direito de não ser preterido por outrem de mérito inferior”.

A ministra não gostou e reagiu com dureza. Criticou, desde logo, o provedor por se ter pronunciado sem ouvir a tutela e garantiu que “os concursos estão a decorrer com normalidade” e que “a par da grande adesão verificada, destaca-se ainda a tranquilidade” com que todo o processo decorreu.

Há duas semanas, os sinais de que nem tudo estava bem surgiram pela voz do próprio secretário de Estado da Educação. Jorge Pedreira admitiu a existência de “injustiças relativas” no processo que atingiriam “cerca de 200 docentes”. No dia seguinte, a ministra voltava a reafirmar a normalidade do processo e contradizia a versão do seu adjunto. “Não há falhas, não há erros, não há nenhuma situação de ilegalidade que deva ser corrigida”, disse a ministra.

Curiosamente, a carta de Lurdes Rodrigues chegou à Provedoria, dois dias depois destas declarações. Fonte do Ministério da Educação, sublinha, que “os casos detectados representam apenas 1% dos professores que foram colocados” e que, por isso, “só se pode dizer que o concurso correu genericamente muito bem”. A resolução dos “casos” detectados será apreciada pelos sindicatos e, claro, pelo provedor de Justiça.

ROSA PEDROSO LIMA

rlima@expresso.pt



Federação Nacional dos Sindicatos da Educação

